

Senado quer votar reforma nesta quarta sem tirar do texto os itens mais injustos

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), está tentando burlar acordo que previa que o primeiro turno do processo de tramitação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 06/2019, da reforma da Previdência, começaria em 24 de setembro e a segunda votação seria no início de outubro.

Alcolumbre quer começar nesta quarta-feira (11) o primeiro turno de discussões sobre a reforma e já marcou uma reunião com os líderes dos partidos para esta terça-feira (10), às 15h, para tentar acelerar o processo de tramitação da reforma e, com isso, colocar em pauta a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) paralela, que irá propor mudanças como a inclusão de servidores estaduais e municipais nas novas regras da aposentadoria. De acordo com reportagem do UOL, Alcolumbre disse que se não for possível fechar um acordo, a data seguinte será 18 de setembro. A tendência é que não haja unanimidade na reunião de líderes, diz o portal.

O texto principal da PEC 06, aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado no dia 4, manteve a maioria das maldades da reforma encaminhada pelo governo de Jair Bolsonaro (PSL) para o Congresso Nacional, já aprovada na Câmara dos Deputados em julho, que sob o argumento de combater privilégios propõe o fim da aposentadoria por tempo de contribuição, criou a obrigatoriedade de idade mínima de 65 anos para os homens e 62 para as mulheres se aposentarem e uma série de injustiças contra os trabalhadores e trabalhadoras mais pobres.

Em artigo publicado na Carta Capital, os senadores petistas Humberto Costa (PE) e Paulo Paim (RS), rebatem o falso discurso de combate aos privilégios, afirmam que, a rigor, é uma reforma fiscal com foco na redução dos benefícios dos trabalhadores, e listam as injustiças que, segundo eles, podem ser retiradas do texto, sem a necessidade da proposta voltar para a Câmara dos Deputados, o que poderia atrasar a tramitação.

“A proposta prevê que os homens que comecem a trabalhar após a reforma só poderão se aposentar depois de 20 anos de contribuição, aumento de 5 anos em relação à regra atual. Pelos dados de 2003 a 2017, 54% dos homens que se aposentaram por idade não conseguiriam o benefício”, dizem em trecho do artigo.

Quanto ao valor do benefício, os senadores criticam o novo cálculo proposto que reduz a aposentadoria ao descartar as 20% menores contribuições, além de garantir 60% da média até 20 anos de contribuição, se homem, e 15 anos, se mulher.

“Tais regras poderão causar perda de quase 50% do valor da aposentadoria. O restante irá para o ajuste fiscal de Bolsonaro e Guedes”, afirmam no texto se referindo ao presidente e ao seu ministro da Economia, o banqueiro Paulo Guedes.

Segundo Costa e Paim, a diminuição do valor dos benefícios se estende à maior parte das pessoas que se aposentarem por incapacidade permanente. “Se João, com 20 anos de trabalho, teve um câncer que o impede de

trabalhar para sempre, ganhará apenas 60% da média rebaixada de todo o período em que pagou o INSS”, dizem.

O texto prossegue listando outras injustiças: A pensão por morte passará a ser de 50% do benefício, mais 10% por dependente. Caso a condição de dependente seja extinta, o valor será subtraído da pensão. Veja o caso da Joana, trabalhadora doméstica com um filho menor de idade, que ganha um salário mínimo e ficou viúva do Pedro, que ganhava R\$ 1.800. Maria terá R\$ 1.260,00 de pensão. Quando seu filho for maior, a pensão será reduzida para R\$ 1.080, quase o salário mínimo de 2020.

A aposentadoria especial, paga para pessoas que trabalham em atividades com exposição a risco grave para sua saúde, será praticamente extinta, já que passa a se submeter à idade mínima. José é um mineiro que começou a trabalhar com 21 anos e se aposentaria com 15 anos de efetiva exposição. Pela Reforma, ele poderá ficar no subsolo até os 55 anos de idade, exposto a gases tóxicos, à radioatividade e à falta de oxigênio. Será que José chegará vivo aos 55 anos?”

O abono salarial [do PIS/PASEP], pago a trabalhadores formais que ganham até 2 salários mínimos, também está na mira. Só trabalhadores que recebem até R\$ 1.364,43 poderão acessar o recurso, o que excluirá quase 13 milhões de pessoas. Para uma economia estagnada por insuficiência de demanda, a medida atinge em cheio o consumo, que responde por cerca de 2/3 do PIB, concluem os senadores no artigo.

Fonte: CUT



Ministro da destruição do Meio Ambiente ataca novamente

Somando-se as todas despesas do Ministério do Meio Ambiente, do Ibama e do Instituto Chico Mendes, o valor total de gastos federais não chega a 0,2% da execução financeira da União para 2019, segundo quadros orçamentários consolidados da lei específica. Isso significa não apenas que políticas ambientais são subvalorizadas, mas que a própria infraestrutura da pasta está destinada ao sucateamento por opção governamental. O que se configura como irresponsabilidade do Estado, entretanto, é deslocado para os servidores públicos por discursos oficiais que culpabilizam os funcionários afim de proteger a atual gestão.

A gravidade dos incêndios na Amazônia estão longe de serem resolvidos. Segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), este fim de semana foi o pior do ano, que já soma 102.786 focos de queimadas. A maior concentração é

dentro de áreas de preservação ambiental, tuteladas pelo Estado. Em meio à crise ambiental, o ministro Ricardo Salles, responsável por desidratar as políticas de fiscalização e preservação dos recursos naturais brasileiros, acusou sem provas o ICMBio por suposto gasto irregular com gasolina e manutenção de veículos inutilizados. A acusação veio dias depois do Ministério Público Federal recomendar ao ministro que adote medidas efetivas de combate ao desmatamento e que se abstenha de declarações que deslegitimem o trabalho do Ibama e do ICMBio.

Diante da calúnia, a Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente (Ascema Nacional) publicou nota de repúdio contra Salles. Na semana passada, a Associação entregou carta de propostas para superação da crise ao presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ) e participou de audi-

ência pública em defesa do meio ambiente do Parlamento. O presidente da entidade, Denis Rivas, declarou que a Ascema sempre preza pela investigação e punição de irregularidades no serviço público, mas ressaltou que Salles em momento algum ofereceu um caso concreto.

"Ele levantou a suspeita em cima de um contrato de abastecimento e de manutenção de veículos, mas ninguém tem conhecimento de onde ele tirou o valor apontado. O argumento usado parece ser o mesmo feito para acabar com o Fundo Amazônia: apresenta a suspeita, mas não oferece o caso concreto. Se há esquema irregular, que se investigue, mas ficar divulgando dados abstratos sem apresentar provas é uma estratégia canalha. É nítido que esta é uma tentativa de atacar porque se sentiram acoados", criticou Rivas.

Fonte: Condsef